
Marrocos impede o acesso de jornalistas, investigadores, juristas, advogados e parlamentares de todo o mundo, ao território ocupado.

A luta por uma informação atualizada e fidedigna sobre a questão do Sahara Ocidental, nas suas diversas vertentes (política, diplomática, social, económica), é fundamental.

Jovens jornalistas e ativistas dos direitos humanos saharauis arriscam diariamente a sua vida para passarem para o exterior, através das redes sociais, informação sobre as políticas de ocupação.

NA FRENTE DIPLOMÁTICA, NA LINHA DA FRENTE E NO TERRITÓRIO OCUPADO, A LUTA CONTINUA PELA JUSTIÇA, POR UM SAHARA LIVRE.

VAMOS CONTRIBUIR PARA FURAR O BLOQUEIO INFORMATIVO!

PROCURANDO E PARTILHANDO INFORMAÇÃO, CONVERSANDO COM AMIGOS, COLEGAS E FAMILIARES, PUBLICANDO NOTÍCIAS NOS MEIOS A QUE TEMOS ACESSO.



Representação da FPOLISARIO em Portugal | 2022
delpolisariopt@gmail.com



**SAHARA
OCIDENTAL**

A última colónia de África

O Sahara Ocidental fica na costa noroeste da África Ocidental. Com Marrocos, a Mauritânia, a Argélia, a Tunísia e a Líbia, integra o grupo de países do Magrebe. Tem uma superfície de 266.000 km², fazendo fronteira com Marrocos a norte, a Mauritânia a sul, a Argélia a leste, e o Atlântico a oeste. O território é composto por duas regiões distintas: Saguia El-Hamra, a norte, e Rio de Oro, a sul.

Em 1884, quando decorria a conferência de Berlim, o Sahara Ocidental tornou-se uma colónia espanhola.

Em 1965, a Assembleia Geral da ONU adotou a sua primeira resolução relativa ao território, pedindo a Espanha que o descolonizasse através da *"realização de um referendo (...) para que a população indígena exerça livremente o seu direito à autodeterminação"*.

Da colonização espanhola à colonização marroquina

Em 14/11/1975, os governos de Espanha, Marrocos e Mauritânia assinaram um acordo tripartido dividindo o Sahara Ocidental pelos seus dois vizinhos. Marrocos e a Mauritânia ocuparam militarmente as regiões norte e sul do Sahara Ocidental, respetivamente, e a Espanha abandonou a sua colónia.

A guerra eclodiu e sob os bombardeamentos marroquinos e mauritanos (incluindo bombas de napalm e fósforo), começou o êxodo de uma grande parte do povo saharauí, que se refugiou na fronteira argelina, sob a proteção da Frente POLISARIO (Frente Popular para a Libertação de Saguia El-Hamra e Rio de Oro, criada em 1973). A 27/02/1976 foi proclamada a RASD (República Árabe Saharauí Democrática): um Estado que se tornou membro da União Africana em 1984 e foi reconhecido por 84 países do mundo. Em 1979 a Mauritânia, derrotada militarmente, desistiu da ocupação.

Entre 1981 e 1986, Marrocos construiu um muro feito de areia, mais de 20.000 km de arame farpado e milhões de minas terrestres (proibidas pelas Convenções Internacionais e que já mataram pelo menos 2.500 pessoas) para dividir o Sahara Ocidental: a oeste ficou a terra ocupada, a leste do muro o território libertado pela Frente POLISARIO. Com 2.720 km de comprimento, o chamado "muro da vergonha", ainda hoje é controlado por 160.000 soldados marroquinos e 240 postos de artilharia,

Da esperança na realização do referendo ao recomeço da guerra

Em 1991, após quinze anos de guerra, Marrocos e a FPOLISARIO, sob a égide da ONU e da então Organização de Unidade Africana (hoje União Africana), assinaram um acordo, comprometendo-se com a realização de um referendo, para que o povo saharauí pudesse escolher entre a independência ou a integração em Marrocos. Nesse ano, após a proclamação do cessar-fogo, a ONU criou a MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental), com o objetivo de organizar o referendo que foi previsto para janeiro de 1992.

Uma vez terminada a elaboração das listas de eleitores saharauís, Marrocos, percebendo que a independência seria a opção claramente maioritária, começou a boicotar o processo e, a partir de 2007, opôs-se-lhe frontalmente, com o apoio da França, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Desde então, a ONU tem tentado encontrar soluções de compromisso, mas não conseguiu alcançar resultados concretos.

Após quase trinta anos da entrada em vigor do cessar-fogo e de negociações improdutivas, o ataque do exército marroquino na fronteira com a Mauritânia a 13 de novembro de 2020 pôs-lhe fim e reabriu o cenário de guerra numa terra que não tem paz desde 1975 e numa região, o Magrebe, cada vez mais instável.

Um povo dividido pela ocupação

Uma parte do povo saharauí vive nos campos de refugiados na Argélia (região de Tindouf), outra no território ocupado por Marrocos, uma menor na terra libertada pela FPOLISARIO e uma quarta parte na diáspora, espalhada por vários países.

Os campos de refugiados situam-se numa zona deserta. Apesar de notáveis esforços, as condições de vida são muito difíceis: a água é um recurso escasso, a sub-nutrição é uma realidade, com consequências terríveis, em particular para a saúde das crianças e das mulheres grávidas. Mantém-se uma dependência da assistência humanitária e da ajuda estrangeira.

No território controlado por Marrocos, desde 1975 que as e os saharauís são brutalmente reprimidos, sistematicamente sujeitos a prisões ilegais, torturas, julgamentos injustos, desaparecimentos forçados e humilhações diárias. Marrocos dá facilidades e condições especiais a colonos marroquinos que queiram ir trabalhar para o Sahara Ocidental ocupado, enquanto a taxa de desemprego e as restrições de toda a espécie ao exercício da profissão castigam as e os saharauís.

Violações dos direitos do povo saharauí

Apesar das flagrantes violações de direitos humanos cometidas contra a população saharauí, esta nunca recorreu a ações violentas para reclamar os seus direitos, ao contrário do que a propaganda marroquina tenta fazer crer. Os saharauís estão conscientes de que os seus inimigos não são os cidadãos marroquinos, mas a política do regime de Rabat que, aliás, também atinge o próprio povo marroquino. As pessoas e organizações marroquinas que se opõem à violação dos direitos humanos são igualmente alvo de repressão sistemática, como têm denunciado importantes instituições internacionais.

As principais causas dos obstáculos colocados pela monarquia marroquina ao referendo, exigido pelo Direito Internacional e pelo povo saharauí, são económicas. A ocupação do território permite a Marrocos explorar ilegalmente os recursos naturais do Sahara Ocidental, sobretudo as reservas de fosfatos e os ricos pesqueiros ao largo da costa. Por isso a FPOLISARIO apresentou uma queixa no Tribunal de Justiça da União Europeia contra os Acordos assinados entre a UE e Marrocos nos domínios da pesca e da agricultura. As três sentenças emitidas até agora reafirmam a ilegalidade destes Acordos, visto que o Sahara Ocidental e Marrocos são dois territórios distintos e separados e que o consentimento do povo saharauí para a exploração dos seus recursos tem de ser obtido junto da FPOLISARIO, que o representa. A sentença final do caso é esperada no 1º semestre de 2023.